DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Publicado na Edição de 22 de abril de 2025 | Caderno Executivo | Seção Atos de Gestão e Despesas

EDITAL DO BALANÇO PATRIMONIAL, DE 17 DE ABRIL DE 2025

Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" Hospital Estadual "Dr. Albano da Franca Rocha Sobrinho e Centro de Atenção Integrada à Saúde Mental (CAISM) Franco da Rocha"

CNPJ. : 66.518.267/0024-70

Demonstrações Contábeis Exercício De 2024

Balanço Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(em Reais)

ATIVO	Notas	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	481.701,24	3.214.376,21
Adiantamento a Fornecedores		56,58	-
Adiantamentos a Empregados	5	-	492.919,66
Outros Créditos	6	17.986,80	210.859,41
Estoques	7	3.153.665,76	3.451.980,90
Despesas Antecipadas		12.561,51	14.066,96
		3.665.971,89	**7.384.203,14**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	8	7.275.935,43	7.300.164,41
Intangível	9	30.523,24	35.324,08
		7.306.458,67	**7.335.488,49**
TOTAL DO ATIVO		**10.972.430,56**	**14.719.691,63**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		6.379.042,23	5.575.286,82
Obrigações Trabalhistas	**10**	3.604.828,23	3.394.899,90
Obrigações Sociais e Fiscais	**11**	2.219.659,32	1.881.292,99
Contas a Pagar	**12**	392.952,96	358.885,36
Provisões para Férias e Encargos	**13**	5.993.123,74	5.766.381,35
		18.589.606,48	**16.976.746,42**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Provisões para Contingências	**14**	230.913,00	19.034,03
Recursos Governamentais a Realizar	**15**	675.872,94	517.634,00
Bens Públicos em nosso poder	**16**	7.306.458,67	7.335.488,49
		8.213.244,61	**7.872.156,52**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO			
Patrimônio Social		(10.129.211,31)	(11.041.448,56)
Déficit do Exercício		(5.701.209,22)	912.237,25
		(15.830.420,53)	**(10.129.211,31)**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**10.972.430,56**	**14.719.691,63**

Demonstração do Resultado do Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (em Reais)

	Notas	2024	2023
RECEITAS LÍQUIDAS	**17**	**152.682.180,34**	**140.778.395,75**
Contrato de Gestão nº 382696/2020	**18**	152.659.865,52	143.208.612,00
Realização de Bens Públicos em nosso poder		778.975,18	586.882,56
(-) Repasse destinado à aquisição do imobilizado		(749.945,36)	(3.017.098,81)
(-) Glosas sobre Contratos		(6.715,00)	-
CUSTOS		**(152.519.043,43)**	**(138.315.680,73)**
Pessoal e Reflexos	**20**	(75.413.635,10)	(70.870.501,96)
Serviços Terceirizados	**21**	(44.997.813,10)	(42.017.639,91)
Medicamentos e Materiais de Consumo	**22**	(32.107.595,23)	(25.427.538,86)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	**27**	(16.928.438,76)	(17.162.227,00)
(-) Imunidade da CPP Usufruída	**27**	16.928.438,76	17.162.227,00
(=) RESULTADO BRUTO		**163.136,91**	**2.462.715,02**
DESPESAS		**(7.218.329,79)**	**(5.399.599,04)**
Impostos, Taxas e Contribuições		(38.375,36)	(39.390,70)
Despesas Gerais	**23**	(6.660.140,39)	(5.341.174,31)
Provisões para Contingências		(519.814,04)	(19.034,03)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		**770.369,06**	**2.862.746,01**
Receitas com Doações e Subvenções		492.302,96	2.614.102,53
Outras Receitas		278.066,10	248.643,48
(=) RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS		**(6.284.823,82)**	**(74.138,01)**
RESULTADO FINANCEIRO	**19**	**583.614,60**	**986.375,26**
Receitas Financeiras		585.089,72	988.706,69
Despesas Financeiras		(1.475,12)	(2.331,43)
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		**(5.701.209,22)**	**912.237,25**

Demonstração do Resultado Abrangente Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (em Reais)

	2024	2023
(=) Déficit (Superávit) do exercício	(5.701.209,22)	912.237,25
TOTAL DO RES. ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**(5.701.209,22)**	**912.237,25**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (em Reais)

	Patrimônio Social	Déficit/Superávit	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(12.179.943,08)**	**1.138.494,52**	**(11.041.448,56)**
Incorporação do Superávit/Déficit	1.138.494,52	(1.138.494,52)	-
Superávit do Exercício	-	912.237,25	912.237,25
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(11.041.448,56)**	**912.237,25**	**(10.129.211,31)**
Incorporação do Superávit/Déficit	912.237,25	(912.237,25)	-
Déficit do Exercício	-	(5.701.209,22)	(5.701.209,22)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(10.129.211,31)**	- **(5.701.209,22)**	**(15.830.420,53)**

Demonstração do Fluxo de Caixa Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (em Reais)

	2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit / Superávit do Exercício	(5.701.209,22)	912.237,25
(Aumento) ou Redução do Ativo		
Adiantamentos a Fornecedores	(56,58)	702.900,00
Adiantamentos a Empregados	492.919,66	(71.247,79)
Outros Créditos	192.872,61	(193.372,61)
Estoques	298.315,14	(1.277.723,05)
Despesas Antecipadas	1.505,45	(5.669,52)
Aumento ou (Redução) do Passivo		
Fornecedores	803.755,41	250.149,88
Obrigações Trabalhistas	209.928,33	65.162,82
Obrigações Sociais e Fiscais	338.366,33	394.830,42
Provisões para Férias e Encargos	226.742,39	607.384,64
Provisões para Contingências	211.878,97	(158.886,93)
Recursos Governamentais a Realizar	158.238,94	(2.089.536,31)
Outras Obrigações	34.067,60	45.429,80
Caixa Líquido gerado nas Atividades Operacionais	**(2.732.674,97)**	**(818.341,40)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado pertencente à Gestão Pública	(749.945,36)	(3.017.098,81)
Caixa Líquido consumindo nas Atividades de Investimento	**(749.945,36)**	**(3.017.098,81)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de numerário para aquisição de imobilizado	749.945,36	3.017.098,81
Caixa Líquido consumindo nas Atividades de Financiamento	**749.945,36**	**3.017.098,81**
VARIAÇÃO LIQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	**(2.732.674,97)**	**(818.341,40)**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Disponibilidade no início do Exercício	3.214.376,21	4.032.717,61
Disponibilidade no final do Exercício	481.701,24	3.214.376,21
VARIAÇÃO LIQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	**(2.732.674,97)**	**(818.341,40)**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis "Carve-Out" em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (em Reais)

1. **Contexto Operacional:** O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Deficiente Saudável", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM – Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fenando Proença de Gouvêa. O **CEJAM** qualificado como Organização Social de Saúde pelo Governo do Estado de São Paulo, através do Contrato de Gestão – Processo SPDOC nº 382696/2020, firmado com a **Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo** em 29 de junho de 2020, assumiu a operacionalização da gestão e execução das atividades de saúde do **Hospital Estadual "Dr. Albano da Franca Rocha Sobrinho" e Centro de Atenção Integrada à Saúde Mental (CAISM) – Franco da Rocha** com a missão de acolher a população da região, prestando assistência humanizada e eficiente, em conformidade com os princípios do SUS, e contribuir para o Sistema de Saúde. O prazo de vigência do presente Contrato de Gestão será de 5 (cinco) anos, iniciando-se em 01 de julho de 2020. Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato de Gestão, a **Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo** repassará ao **CEJAM** o montante global estimado de R$ 509.636.727,00. **2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis: 2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras carve-out da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.791, de 21 de novembro de 2023, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros,

especialmente entidades beneficentes de assistência social. Estas demonstrações financeiras carve-out contemplam apenas os bens, direitos, obrigações e o resultado das operações do HOSPITAL ESTADUAL DR. ALBANO DA FRANCA ROCHA SOBRINHO E CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRADA À SAÚDE MENTAL (CAISM)" FRANCO DA ROCHA, gerido pelo CEJAM. Dessa forma, as demonstrações financeiras carve-out podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o HOSPITAL ESTADUAL DR. ALBANO DA FRANCA ROCHA SOBRINHO E CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRADA À SAÚDE MENTAL (CAISM)" FRANCO DA ROCHA tivesse operado como uma única entidade independente. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras carve-out, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela administração da Entidade na sua gestão. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem a: • Vida útil do ativo imobilizado. • Provisões em geral. **3. Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a estas primeiras demonstrações financeiras carve-out da Entidade e continuarão sendo adotadas continuamente a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025. **3.a) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos:** a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. **Caixa e equivalentes de caixa**: abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações do contrato de gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe darão origem. **Instrumentos**

financeiros derivativos: não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2024. **Reconhecimento e mensuração inicial:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao custo amortizado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2024, a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR). Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, contas a receber do Contrato de Gestão e Operacionalização e outros créditos. **Passivos financeiros**: Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como VJR caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no

resultado. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido entre eles é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de realizá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos:** A Entidade não possuía, em 31 de dezembro de 2024, nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de hedge. **3.b) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas. **3.c) Imobilizado: • Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. • **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A administração, com base em seu registro consolidado, que compreende histórico de exercício anterior à este Contrato de Gestão, não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2023. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Benfeitorias em Imóveis de Terceiros: 25 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos. **3.d) Intangível (quando aplicável): • Reconhecimento, mensuração e amortização**: o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.e) Redução ao valor recuperável (impairment): • Ativos não financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A administração da entidade não identificou

qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.f) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.g) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits ou déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa n° 1. **3.h) Receitas:** As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.i) Despesas:** As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.k) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **3.l) Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2024:** As normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2024, não apresentam impactos nas demonstrações contábeis da Entidade. A entidade não irá adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. Em relação aos pronunciamentos novos, a serem implementados nos anos subsequentes, não é esperado que tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Entidade.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
BENS NUMERÁRIOS		
Fundo Fixo de Caixa	1.000,00	1.000,00
BANCOS – CONTAS MOVIMENTO		
Banco do Brasil S.A.	-	59,50
BANCOS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
Banco do Brasil S.A.	480.701,24	3.213.316,71
Banco Santander S.A.		
	481.701,24	**3.214.376,21**

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). O rendimento médio das aplicações financeiras foi de 10,2024 % ao ano.

5. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

	2024	2023
Adiantamento de Férias	-	492.919,66
	-	**492.919,66**

6. OUTROS CRÉDITOS

	2024	2023
Aluguéis a Receber	7.000,00	6.500,00
Depósitos Judiciais	10.986,80	204.359,41
	17.986,80	**210.859,41**

7. ESTOQUES

	2024	2023
Dietas Parenterais	754,94	476,00
Nutrição Enteral	68.498,59	55.589,36
Mat. Laboratórios/Reagentes	703,38	190,51
Medicamentos	862.076,71	769.643,24
Materiais Médico Hospitalares	1.251.533,24	1.585.493,53
OPME	44.362,47	68.260,73
Materiais de Expediente e Escritório	64.308,31	60.576,34
Materiais de Manutenção	297.939,08	383.677,94
Materiais de Informática	14.900,13	17.333,11
Materiais de Limpeza	76.905,72	50.017,53
Materiais de EPI	55.012,24	55.853,20
Gêneros Alimentícios	146.748,71	132.039,31
Utensílios de Copa	76.274,82	88.947,68
Peças e Acessórios	193.647,42	183.882,42
	3.153.665,76	**3.451.980,90**

8. IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	SALDO EM 2023	ADIÇÃO	DEPRECIAÇÃO	SALDO EM 2024
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4%	1.797.463,44	-	(177.392,80)	1.620.070,64
Máquinas e Equipamentos	10%	147.229,34	66.034,57	(31.799,88)	181.464,03
Equipamento de Uso Médico	20%	5.029.457,80	578.922,57	(994.203,86)	4.614.176,51
Equipamentos de Informática	20%	453.085,27	49.410,06	(158.801,78)	343.693,55
Móveis e Utensílios	10%	575.004,40	49.905,77	(108.379,47)	516.530,70
					7.275.935,43

Conforme preceituado no contrato de gestão firmado entre o CEJAM e o Governo do Estado de São Paulo, os bens patrimoniais adquiridos por conta do referido contrato é de uso exclusivo e de propriedade do Governo Estadual.

9. INTANGÍVEL

INTANGÍVEL DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	SALDO EM 2023	ADIÇÃO	DEPRECIAÇÃO	SALDO EM 2024
Direitos de Uso de Sistemas	20%	49.058,89	5.672,39	(24.208,04)	30.523,24
					30.523,24

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2024	2023
Salários a Pagar	3.581.080,52	3.360.999,73
Pensões Alimentícias a Pagar	22.849,61	15.868,53
Rescisões a Pagar	898,10	18.031,64
	3.604.828,23	**3.394.899,90**

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2024	2023
INSS sobre Salários a Recolher	416.030,62	348.548,43
INSS sobre Autônomos a Recolher	4.002,56	3.627,32
FGTS a Recolher	613.609,83	588.204,07
Contr. Sindicais e Assistências a Recolher	6.585,96	637,51
IRRF sobre Salários a Recolher	852.084,70	755.375,23
IRRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	41.759,82	43.463,66
CSRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	285.349,22	135.523,56
INSS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	205,70	4.440,24
ISS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	30,91	1.472,97
	2.219.659,32	**1.881.292,99**

12. CONTAS A PAGAR

	2024	2023
Contas de Consumo	151.184,23	145.607,26
Consignações Vinculadas a Folha	241.248,73	213.278,10
Outras Contas a Pagar	520,00	-
	--	**358.885,36**

13. PROVISÕES PARA FÉRIAS E ENCARGOS

	2024	2023
Provisão para Férias	5.549.766,22	5.339.926,96
Provisão para FGTS sobre Férias	443.357,52	426.454,39
	5.993.123,74	**5.766.381,35**

14. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	2024	2023
Provisões para Contingências Trabalhistas	172.399,00	19.034,03
Provisões para Contingências Cíveis	58.514,00	-
	230.913,00	**19.034,03**

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos. A entidade, com relação a esta filial, figura em outros processos avaliados com perda possível no montante de R$ 5.272.901,00, sem provisão constituída.

Este documento pode ser verificado pelo código 2025.04.17.1.3.34.13.6.1026146 em https://www.doe.sp.gov.br/autenticidade

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).

PROCESSOS COM PERDA POSSÍVEL	2024
De natureza Trabalhista	2.684.020,00
De natureza Cível	2.588.881,00
	5.272.901,00

15. RECURSOS GOVERNAMENTAIS A REALIZAR

	2024	2023
Secretaria de Estado da Saúde de S. Paulo	675.872,94	517.634,00
	675.872,94	**517.634,00**

Sob a rubrica de "Recursos Governamentais a Realizar" se encontra o saldo remanescente de recursos recebidos da SESSP, destinados à investimento em imobilizado. **16. Bens Públicos em Nosso Poder:** A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R$ 7.306.458,67 em 2024 e R$ 7.335.488,49 em 2023, refere-se aos valores recebidos da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao estado quando do término do contrato de gestão. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo. **17. Receitas Operacionais Líquidas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente, esta norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço.

18. RECEITA COM CONTRATO DE GESTÃO

CONTRATO DE GESTÃO N° 382696/2020	2024	2023
Repasse para custeio	152.659.865,52	143.208.612,00
	152.659.865,52	**143.208.612,00**

19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
Rendimentos de Aplicações Financeiras	585.089,72	988.561,52
Descontos Obtidos	-	145,17
(-) Tarifas Bancárias	(983,44)	(1.107,23)
(-) Juros e Multas de Fornecedores	(455,98)	(1.000,51)
(-) Juros s/ Empréstimos e Financiamentos	-	-
(-) Juros e Multas sobre Impostos	(35,70)	(223,69)
	583.614,60	**986.375,26**

20. PESSOAL E REFLEXOS

	2024	2023
Ordenados e adicionais	47.980.782,00	45.024.567,53
13° Salários	4.586.040,45	4.384.193,97
Auxílio Enfermidade	-	1.219,95
Férias (incluída provisão anterior ao contrato de gestão)	5.927.276,76	5.741.587,58
Gratificações	429.115,52	490.963,24
Indenizações e Avisos Prévios	1.370.484,59	1.275.592,55
Insalubridade	3.608.316,46	3.251.827,96
Periculosidade	314.133,10	312.559,64
Horas Extras	440.814,43	296.045,93
DRS	711.559,85	657.642,45
Benefícios	4.358.182,84	4.031.018,82
Contribuições ao FGTS	5.686.929,10	5.403.282,34
	75.413.635,10	**70.870.501,96**

21. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

	2024	2023
Serviços Médicos – Pessoas Jurídicas	37.505.649,78	35.060.181,49
Serviços Médicos – Pessoas Físicas	234.998,64	220.154,84
Serviços Diversos – Pessoas Jurídicas	7.257.164,68	6.737.303,58
	44.997.813,10	**42.017.639,91**

22. MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO

	2024	2023
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	24.230.014,94	18.097.969,94
Materiais de Consumo	6.022.716,15	5.188.877,16
Materiais de Conservação	1.516.974,33	1.956.521,87
Outros Materiais e Insumos	337.889,81	184.169,89
	32.107.595,23	**25.427.538,86**

Este documento pode ser verificado pelo código 2025.04.17.1.3.34.13.6.1026146 em https://www.doe.sp.gov.br/autenticidade

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).

23. DESPESAS GERAIS

	2024	2023
Contas de Consumo	2.915.279,83	2.802.441,00
Aluguéis de Equipamentos e Aparelhos	552.673,32	404.954,13
Administrativas	2.178.534,44	1.384.396,31
Bens não imobilizados	62.311,12	45.065,90
Amortizações e Depreciações	778.975,18	586.882,56
Outras Despesas Gerais	172.366,50	117.434,41
	6.660.140,39	**5.341.174,31**

24. Coberturas de Seguros: A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. **25. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos:** A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **26. Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS):** Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, Edição 60, Seção 1, Pág. 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de 30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024. Atendendo à legislação e demais regulamentações vigentes, a Entidade protocolou tempestivamente seu requerimento de renovação junto ao Ministério da Saúde sob o nº 25000.150614/2024-48, em 07/10/2024, o qual permanece em análise. Até o momento, o processo de renovação não foi concluído. No entanto, a Entidade está amparada pelo disposto no art. 14 do Decreto nº 11.791/2023, que estabelece: *"Art. 14. A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação apresentado tempestivamente."* A Administração do CEJAM e seus Assessores entendem que todos os procedimentos obrigatórios foram cumpridos de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, garantindo o deferimento do pedido de renovação do CEBAS. Dessa forma, consideram legítimo o benefício da Isenção Previdenciária Usufruída. **27. Imunidade das Contribuições Previdenciárias (Quota Patronal):** A entidade é imune as Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem à imunidade alcançada nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A imunidade das contribuições sociais usufruídas no ano de 2024 foi de R$ 16.928.438,76 e do ano de 2023 foi de R$ 17.162.227,00 e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS	2024	2023
Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento	(16.881.439,03)	(17.118.196,03)
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	(46.999,73)	(44.030,97)
(-) Isenção Usufruída		
(-) Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento	16.881.439,03	17.118.196,03
(-) Cota Patronal s/ Serv. Prest. por. Pessoas Físicas	46.999,73	44.030,97
	0,00	**0,00**

28. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal): Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. **29. Eventos Subsequentes:** Não foram identificados eventos subsequentes às demonstrações contábeis "carve-out" de 31 de dezembro de 2024.

Franco da Rocha (SP), 31 de dezembro de 2024.

Sidinei Oliveira Soares - Gerente Administrativo

Rita de Fátima Cardoso de Souza - Coordenadora Financeira CRC nº 1SP291260/O-6

Relatório - Gestão em Saúde
Relatório - Contratado X Realizado
HEFR - Período: De 01 até 12/2024

HEFR - Período: De 01 até 12/2024

METAS	1° Sem/2024		2° Sem/2024		Total 2024		%
Internações	**Cont.**	**Real.**	**Cont.**	**Real.**	**Cont.**	**Real.**	
Clínica Médica	708	1.078	708	1.130	1.416	2.208	155,9%
Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgica	**1° Sem/2024**		**2° Sem/2024**		**Total 2024**		**%**
Eletivas	900	881	900	764	1.800	1.645	91,4%
Urgências	1.080	1.204	1.080	1.235	2.160	2.439	112,9%
Total	1.980	2.085	1.980	1.999	3.960	4.084	103,1%
Hospital - Dia Cirúrgico/Cirurgias Ambulatoriais	**1° Sem/2024**		**2° Sem/2024**		**Total 2024**		**%**
Cirurgia Hospital - Dia	360	445	360	304	720	749	104,0%
Cirurgias Ambulatoriais	300	494	300	368	600	862	143,7%
Total	660	939	660	672	1.320	1.611	122,0%
Urgência / Emergência	**1° Sem/2024**		**2° Sem/2024**		**Total 2024**		**%**
Consultas de Urgência	3.000	4.235	3.000	4.283	6.000	8.518	142,0%
Consultas Médicas	**1° Sem/2024**		**2° Sem/2024**		**Total 2024**		**%**
Primeiras Consultas Rede	3.750	3.386	3.750	3.307	7.500	6.693	89,2%
Interconsultas	4.320	4.732	4.320	3.797	8.640	8.529	98,7%
Consultas Subseqüentes	11.640	14.875	11.640	15.321	23.280	30.196	129,7%
Total	19.710	22.993	19.710	22.425	39.420	45.418	115,2%

Consultas Não Médicas	1° Sem/2024		2° Sem/2024		Total 2024		%
Interconsultas	6.900	8.118	6.900	6.421	13.800	14.539	105,4%
Consultas Subseqüentes	300	706	300	1.030	600	1.736	289,3%
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	2.460	2.873	2.460	3.844	4.920	6.717	136,5%
Total	9.660	11.697	9.660	11.295	19.320	22.992	119,0%

SADT Externo	1° Sem/2024		2° Sem/2024		Total 2024		%
Endoscopia Digestiva Alta	360	401	360	378	720	779	108,2%
Colonoscopia	120	70	120	82	240	152	63,3%
TOTAL - Endoscopia/colonoscopia	480	475	480	464	960	939	97,8%
Diagnóstico em Cardiologia (Exceto Cateterismo Card	1.566	1.988	1.566	1.597	3.132	3.585	114,5%
Total	2.046	2.463	2.046	2.061	4.092	4.524	110,6%

Tratamentos Clínicos - ONCOLOGIA	1° Sem/2024		2° Sem/2024		Total 2024		%
Tratamento em Oncologia - Quimioterapia (QT)	2.700	9.703	2.700	9.926	5.400	19.629	363,5%
Tratamento em Oncologia - Hormonioterapia (HT)	600	6.619	600	8.793	1.200	15.412	1284,3%

Projeto Especial "Corujão da Saúde"	1° Sem/2024		2° Sem/2024		Total 2024		%
Cirurgias Oftalmológicas				560	560	560	100,0%
Tratamento cirurgico de varizes (Bilateral)				16	16	16	100,0%

CAISM - Período: De 01 até 12/2024

Saídas da Clinica psiauiatra	1° Sem/2024		2° Sem/2024		Total 2024		%
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%
Psiquiatria	318	367	318	350	636	717	112,7%

Urgência / Emergência - pronto socorro	1° Sem/2024		2° Sem/2024		Total 2024		%
Consultas de Urgência	1.080	1.074	1.080	1.119	2.160	2.193	101,5%

Programa Ambulatorial Intensivo e Semi-Intensivo (PAISI)	1° Sem/2024		2° Sem/2024		Total 2024		%
Número de Pacientes	180	189	180	193	360	382	106,1%

Consultas Médicas	1° Sem/2024		2° Sem/2024		Total 2024		%
Primeiras Consultas Rede	540	306	540	299	1.080	605	56,0%
Interconsultas	138	66	138	81	276	147	53,3%
Consultas Subseqüentes	9.720	11.693	9.720	11.869	19.440	23.562	121,2%
Total	10.398	12.065	10.398	12.249	20.796	24.314	116,9%

Consultas Não Médicas	1° Sem/2024		2° Sem/2024		Total 2024		%
Consultas Subseqüentes	4.500	5.272	4.500	4.705	9.000	9.977	110,9%

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis "CARVE-OUT"

À Administração e Conselho de Administração do **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM, gestora do HOSPITAL ESTADUAL "DR. ALBANO DA FRANCA ROCHA SOBRINHO" E CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRADA À SAÚDE MENTAL (CAISM) - FRANCO DA ROCHA -** São Paulo – SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis "carve-out" do **HOSPITAL ESTADUAL DR. ALBANO DA FRANCA ROCHA SOBRINHO" E CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRADA À SAÚDE MENTAL (CAISM) - FRANCO DA ROCHA ("Entidade")**, filial da **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" ("Entidade" ou "CEJAM")** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da do **HOSPITAL ESTADUAL DR. ALBANO DA FRANCA ROCHA SOBRINHO" E CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRADA À SAÚDE MENTAL (CAISM) - FRANCO DA ROCHA ("Entidade")**, filial da **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim"- CEJAM ("Entidade" ou "CEJAM")** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na ITG "2002

R1 – Entidades sem finalidades de lucros", também pela da NBC TG "1000 R1 – Contabilidade para pequenas e médias empresas" para os aspectos não abordados pela ITG "2002 (R1) – Entidade sem finalidade lucros". **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante sobre a continuidade operacional - Continuidade operacional:** Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis "carve-out", a principal fonte de receita da Entidade é provida pelo do Governo do Estado de São Paulo, firmado por meio de um Contrato de Gestão, o qual custeia as principais atividades desenvolvidas pela Entidade sua vigência se encerra em 01 de julho de 2025, e adicionalmente a Entidade vem apresentando déficits nos últimos exercícios, resultando em um "Patrimônio Líquido Negativo". Este evento ou condição indicam uma incerteza relevante que pode levantar dúvidas quanto à capacidade de continuidade operacional deste contrato. No entanto, nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Ênfase - Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis "carve-out":** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve a base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis "carve-out". Consequentemente, essas demonstrações contábeis "carve-out" podem não ser necessariamente um indicativo da performance financeira e dos resultados das operações futuras que seriam obtidos caso fossem consideradas todas as operações da Entidade como uma entidade jurídica. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros assuntos** - **Restrições sobre o uso e distribuição:** As demonstrações contábeis "carve-out" acima referidas foram elaboradas pela Administração do CEJAM com o propósito específico de serem utilizadas no processo de prestação de contas com a Secretária Estadual da Saúde. Consequentemente, elas podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação no processo de prestação de contas com a Secretária Estadual de Saúde identificados pelo CEJAM e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não o CEJAM e Secretária Estadual da Saúde. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores, para as quais emitiram relatório datado de 04 de abril de 2024 sem ressalvas. **Responsabilidades da Administração e conselho de administração pelas demonstrações contábeis "carve-out":** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis "carve-out" de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis "carve-out", a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. O conselho de Administração da Entidade é aquele com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

"carve-out": Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis "carve-out", tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis "carve-out", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas e intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de abril de 2025.

BDO RCS Auditores Associados Ltda. - CRC 2 SP 015165/0-8

Carlos Aragaki - Contador CRC 1 SP 132091/O-1